SUMÁRIO

TJ-PB

500 Questões Gabaritadas
Analista Judiciário – Área Judiciária

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES 1
GABARITO 17

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA
QUESTÕES 1
GABARITO 18

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS
QUESTÕES 1
GABARITO 17

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUESTÕES 1
GABARITO 19

DIREITO ADMINISTRATIVO
QUESTÕES 1
GABARITO 20

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR
QUESTÕES 1
GABARITO 21

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 24

DIREITO PENAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 21

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 18

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. (FGV - 2023)

As questões notacionais da Língua Portuguesa se referem, entre outras coisas, a palavras e expressões que frequentemente provocam dúvidas em relação à sua ortografia.

A esse respeito, assinale a opção ortograficamente correta.

(A) A cerca de vinte carros enguiçados na avenida.

(B) Os livros foram vendidos há cerca de dez semanas.

(C) Os clientes esperaram o médico a cerca de duas horas.

(D) O padre falou por horas há cerca do pecado original.

(E) Os policiais estavam acerca de cem metros do assaltante.

2. (FGV - 2023)

Entre as opções a seguir, assinale aquela em que o aumentativo sublinhado perdeu o valor de aumentativo, designando uma outra realidade.

(A) O entregador tocou a campainha e esperou no portão.

(B) O fazendeiro tinha um cachorrão para vigiar a plantação.

(C) O panelão da feijoada já estava sobre o fogão.

(D) O apartamento tinha um varandão na frente.

(E) Na parte de trás, havia um terrenão para o plantio de frutas.

3. (FGV - 2022)

Nas frases abaixo, os adjetivos sublinhados estão relacionados à ideia de “movimento”.

Assinale a opção na qual o adjetivo foi selecionado adequadamente para o contexto da frase.

(A) Assim que a orquestra iniciou a valsa, os formandos começaram a dançar com movimentos frenéticos.

(B) Os soldados, perfeitamente perfilados, exibiam uma marcha ritmada.

(C) O passante sofreu um ataque e caiu ao chão com movimentos oscilantes.

(D) O pêndulo do relógio mostrava um movimento giratório.

(E) O mar se chocava contra as rochas com força convulsiva.

4. (FGV - 2024)

Assinale a frase abaixo que exemplifica corretamente um adjetivo no grau superlativo absoluto.

(A) A situação dos habitantes de algumas cidades gaúchas ficou extremamente grave.

(B) A questão do uso das câmeras pelos policiais é um dos problemas mais discutidos do momento.

(C) O problema da educação no Brasil talvez seja mais grave que o problema da saúde.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2023)

A atuação de um líder com personalidade dominadora, que toma decisões e fixa diretrizes sem buscar qualquer contribuição dos colaboradores, significa a adoção do estilo de liderança

(A) consultivo.

(B) democrático.

(C) laissez-faire.

(D) autocrático.

2. (FGV - 2022)

Relacione as funções básicas de um líder listadas a seguir a alguns de seus aspectos.

1. Motivar

2. Gerenciar

3. Avaliar

( ) Desempenho individual e da equipe; autocrítica.

( ) Espírito de equipe; disciplina; crescimento profissional.

( ) Delegar tarefas; identificar necessidades; dirimir conflitos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 1 – 3 – 2.

(B) 2 – 1 – 3.

(C) 2 – 3 – 1.

(D) 3 – 1 – 2.

(E) 3 – 2 – 1.

3. (FGV - 2024)

A liderança está intrinsecamente relacionada aos conceitos de poder e autoridade, ambos desempenhando papéis fundamentais como ferramentas de influência sobre os demais.

Estabeleça a correspondência entre os cinco tipos de poder existentes e as situações em que ocorrem.

1. Poder de perícia 2. Poder de referência 3. Poder legitimado 4. Poder coercitivo 5. Poder de recompensa

( ) Quando B aceita um conjunto de normas que dizem que deve aceitar a influência de A.

( ) Quando B percebe que A tem conhecimento, experiência ou competência especial em uma situação.

( ) Quando A tem o poder de conceder prêmios ou benefícios a B.

( ) Quando B deseja ser igual a A ou se identifica com A.

( ) Quando A tem poder de aplicar punições ou castigos a B.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem dada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2023)

Acerca da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei n° 13.709/18), incorreto afirmar que a LGPD será aplicada

(A) quando a operação de tratamento for realizada no território nacional.

(B) apenas quando a operação de tratamento for realizada com dados pessoais de brasileiros ou de pessoas com visto de permanência no Brasil.

(C) quando a atividade de tratamento tiver por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizado no território nacional.

(D) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido coletados no território nacional.

(E) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido analisados no território nacional.

2. (FGV - 2025)

Uma organização da sociedade civil, que tem entre seus objetivos o de defender as vítimas de persecução ilícita praticada por quaisquer estruturas estatais de poder, decidiu ingressar em juízo com ação coletiva, em defesa dos seus associados, visando ao reconhecimento da ilicitude do uso de dados pessoais, em processos de responsabilização individual, nas distintas instâncias existentes, à margem dos balizamentos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (LGPD).

O magistrado competente, ao analisar o processo, concluiu corretamente, à luz da LGPD, que:

(A) podem ser utilizados dados pessoais na investigação penal, à margem dos balizamentos estabelecidos por esse diploma normativo;

(B) é inviável a atuação coletiva da referida organização da sociedade civil, pois os dados pessoais têm natureza personalíssima;

(C) não deve ser admitido o uso de dados pessoais, dos próprios indivíduos implicados, em processos de responsabilização individual, qualquer que seja a instância;

(D) pode ser admitido o uso de dados pessoais, em todas as instâncias de responsabilização, desde que seja precedido de autorização judicial, observados os balizamentos da LGPD;

(E) o uso de dados pessoais importa no seu tratamento, que pode ser realizado por todos os órgãos estatais competentes para promover a responsabilização individual, nos termos da LGPD, desde que a obtenção desses dados decorra de autorização judicial.

3. (FGV - 2025)

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, abrangendo tanto ambientes físicos quanto digitais. Aplicável a indivíduos e empresas, sejam elas públicas ou privadas, a legislação visa assegurar a privacidade, a segurança e o controle das informações pessoais, reforçando os direitos fundamentais à liberdade e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Com base nos princípios e fundamentos da LGPD, avalie se representam fundamentos da LGPD.

I. Autodeterminação informativa II. Respeito à privacidade III. Direito ao anonimato de expressão

Está correto o que se afirma em

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2024)

Determinado grupo de estudos voltado à compreensão e ao aperfeiçoamento da legística, analisou os distintos aspectos afetos à emissão de normas de qualidade e de certificações no âmbito da iniciativa privada, calcadas em uma perspectiva voluntarista e de caráter geral, de modo a generalizar e a uniformizar certas práticas, evitando, com isso, a normatização estatal.

Ao final de suas conclusões, o grupo concluiu corretamente que as referidas práticas

(A) importam em usurpação da atividade legislativa, devendo ser comprimidas e limitadas ao mínimo necessário.

(B) somente devem ser admitidas quando existir permissivo legal expresso, de modo que o legislador estatal possa delimitar o seu âmbito de desenvolvimento.

(C) por estarem lastreadas no voluntarismo, criam uma aporia em relação aos fins que alegadamente se propõem a alcançar, daí decorrendo uma incoerência conceitual.

(D) são compatíveis com o Estado Democrático de Direito, na medida em que privilegiam as escolhas realizadas pelos destinatários em potencial das leis, evitando a imposição estatal.

(E) devem permanecer adstritas ao âmbito corporativo, sem gerar efeitos sobre as escolhas realizadas pelo consumidor, as quais não podem ser influenciadas pelo cumprimento, ou não, dessas normas.

2. (FGV - 2023)

Leia o trecho a seguir.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Assim, o Brasil firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no Art. 4o da Constituição Federal.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2020.

Entre os princípios das relações internacionais que não foram incorporados pela Constituição Federal, encontra-se o pertinente

(A) à concessão de asilo político.

(B) à governança global liberal.

(C) à prevalência dos direitos humanos.

(D) ao repúdio ao terrorismo e ao racismo.

(E) à não intervenção.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2022)

João é auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa e está lotado no Instituto Médico Legal. No exercício de suas funções, João recebeu o cadáver de um homem para limpeza e preparo para a autópsia. Ao abrir o invólucro onde o corpo estava acondicionado, João imediatamente reconheceu que o corpo era de seu vizinho José, seu desafeto de longa data. Tendo em vista que João também se considera inimigo de toda a família do agora falecido José e com o objetivo de prejudicar os parentes de seu vizinho, o policial resolveu atrasar ao máximo a autópsia do cadáver e deixou o corpo em local impróprio, por prazo muito superior ao previsto nas normas aplicáveis.

Agindo da forma antes narrada, João violou diretamente o princípio expresso da administração pública da:

(A) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos;

(B) moralidade, pois, como conhece a família do falecido, deveria ter dado prioridade para a conclusão da perícia;

(C) impessoalidade, pois deve agir na busca do interesse da coletividade, sem beneficiar nem prejudicar alguém em especial;

(D) finalidade, pois deve conciliar seu interesse particular com o público, de maneira a não prejudicar seus desafetos ou os familiares destes;

(E) continuidade, pois, como é inimigo do falecido e de sua família, deveria ter pedido a um estagiário para prosseguir com as atividades de preparo do corpo.

2. (FGV - 2022)

Marta é a nova Delegada de Polícia Civil que acaba de assumir a titularidade da Xª DP. Marta está realizando correições internas e editando ordens de serviço, buscando prestar um serviço público à população com mais qualidade, menos gastos, mais presteza e, acima de tudo, visando a um bom desempenho funcional de todos os policiais lotados na delegacia, para beneficiar a coletividade.

As providências adotadas por Marta se encaixam no princípio expresso da administração pública da

(A) eficácia.

(B) celeridade.

(C) produtividade.

(D) impessoalidade.

(E) eficiência.

3. (FGV - 2025)

Ismar Viana destaca que é necessário "...afastar das atividades de controle o agente a quem é atribuído o mister de executar outras funções, tendo em vista que, no regular exercício da função de controle, quem controla não deve executar, quem executa não deve controlar." (2019, p.12)

O princípio da atividade de controle da Administração Pública a que se refere o autor é o

(A) da probidade.

(B) da objetividade.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2026)

Lara, com 16 anos e 4 meses, foi emancipada por instrumento público, por concessão dos pais. Mesmo após a emancipação, continuou residindo com os pais e iniciou atividade profissional como designer. Sem assistência dos genitores, celebrou contrato de financiamento com alienação fiduciária para adquirir um notebook profissional e requereu abertura de conta-corrente em banco digital para receber pagamentos de clientes. O banco, ao analisar a documentação, condicionou a abertura da conta à participação dos pais, como assistentes, na assinatura do contrato, em razão da idade e da suposta incapacidade civil de Lara.

Após a análise da situação hipotética e com base nas normas do Código Civil, é **correto** afirmar que:

(A) a exigência do banco é indevida, pois a emancipação regularmente outorgada confere a Lara capacidade plena para todos os atos da vida civil, inclusive contratar financiamento e abrir conta bancária sem assistência;

(B) a exigência do banco é correta, porque o emancipado até os 18 anos é relativamente incapaz, motivo pelo qual os negócios jurídicos celebrados sem assistência dos pais são anuláveis;

(C) a emancipação confere capacidade apenas para atos de mera administração, não autorizando a contratação de garantias reais; por isso, o banco pode exigir a assistência dos pais para o financiamento;

(D) a emancipação por escritura pública só produz efeitos para terceiros após homologação judicial, sendo legítima a exigência do banco de assistência dos pais para a celebração do contrato;

(E) a abertura de conta-corrente pode ser feita sem os pais, mas o financiamento com alienação fiduciária é nulo sem autorização judicial específica.

2. (FGV - 2024)

Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva, 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado, viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

(A) Valter, apenas.

(B) Felipe e Valter, apenas.

(C) Renata e Valter, apenas.

(D) Felipe e Renata, apenas.

(E) Felipe, Renata e Valter.

3. (FGV - 2022)

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2026)

Ao tratar das práticas comerciais, no Capítulo V, o Código de Defesa do Consumidor contém minuciosas disposições sobre a oferta de produtos e serviços, bem como sobre a publicidade em relação a eles.

Considerando-se as disposições desse capítulo da Lei nº 8.078/1990, é correto afirmar que:

(A) o fornecedor deverá veicular a publicidade de forma que o consumidor possa, fácil e imediatamente, identificá-la, além de ser obrigado a manter em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem;

(B) os fabricantes e importadores de produtos deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição deles enquanto não cessar a fabricação ou importação, e após qualquer um desses eventos, pelo prazo mínimo de cinco anos;

(C) é enganosa qualquer modalidade de informação de caráter publicitário capaz de induzir a erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem e preço sobre produtos e serviços, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança;

(D) quando o fornecedor se utilizar de publicidade enganosa ou abusiva, o consumidor poderá pleitear indenização, bem como a abstenção da prática do ato, sob pena de execução específica, sem prejuízo da multa cabível e da imposição de contrapropaganda, na seara administrativa ou judicial;

(E) a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações gravadas de forma indelével, corretas, claras, precisas, ostensivas, sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

2. (FGV - 2022)

Determinada publicidade televisiva sobre um produto eletrônico informava que os dados sobre preço e forma de pagamento pelo produto poderiam ser obtidos por meio de contato telefônico, que se realizava de modo tarifado.

Instado a julgar o processo que descreveu na causa de pedir tais fatos, e considerando o direito à informação como garantia fundamental da pessoa humana e como algo que impacta na autodeterminação e liberdade de escolha do consumidor, seguindo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto considerar que:

(A) a situação narrada configura publicidade enganosa por omissão, mesmo se a compra não tiver sido concretizada;

(B) o dever de informar é tratado como dever anexo às relações de consumo, e o caso não configura publicidade enganosa;

(C) a modalidade omissiva não consagra publicidade enganosa, prevista na forma comissiva decorrente de uma afirmação;

(D) a situação narrada configura publicidade abusiva por omissão, mas somente se a compra tiver sido concretizada;

(E) a publicidade enganosa por omissão somente será caracterizada caso se concretize a compra do produto.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2025)

Nécia e Kerlon são americanos domiciliados no Brasil e vivem em união estável há 20 anos. Ambos decidem adotar uma criança do sexo feminino com idade de até 10 anos. Após passarem, com êxito, pelo procedimento de habilitação à adoção, recusam, injustificadamente, duas crianças indicadas dentro do perfil escolhido. Uma terceira criança, Bia, de 8 anos de idade, foi então indicada, e a convivência com o casal se mostrou exitosa. Com isso, decidem adotar Bia.

Entretanto, antes de ser julgada a ação de adoção, o casal desiste de adotar Bia, ao argumento de que ela se comportava de maneira muito agressiva, atrapalhando a rotina da família, principalmente quando contrariada com relação aos seus afazeres diários.

Considerando o caso narrado e as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

(A) após três recusas injustificadas, pelo habilitado, à adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, haverá a suspensão da habilitação concedida;

(B) a adoção de Bia pelo casal, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, somente seria possível se comprovado que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira;

(C) no caso, por se tratar de casal estrangeiro, o estágio de convivência com a criança será de, no mínimo, 30 dias e, no máximo, 45 dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária;

(D) é permitida a adoção na hipótese, pois, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável;

(E) a desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção, admitida nova habilitação somente após o transcurso do prazo de cinco anos.

2. (FGV - 2024)

Para que se efetivem os direitos das crianças e dos adolescentes, amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.o 8.069, de 13 de julho de 1990, é preciso considerar que:

I. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

II. Os estados devem assumir, de forma exclusiva, a incumbência de estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

III. A criança e o adolescente têm direito ao atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

IV. O Estado deve assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Está correto o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) I, II e III.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2024)

Semana passada, Moisés, aos nove anos de idade, presenciou o homicídio de seu avô, Genaro, conhecido miliciano que foi executado com cinco tiros dentro de casa, quando a criança estava sob seus cuidados, sendo certo que a vítima integrava a rede de apoio do menor.

Considerando que há necessidade de ouvir Moisés como testemunha do mencionado delito, à luz do disposto na Lei nº 13.431/2017 acerca do depoimento especial, é correto afirmar que a aludida norma

(A) não deve ser aplicada na situação descrita, na medida em que não abarca as hipóteses em que o menor é testemunha.

(B) não deve ser aplicada na situação descrita, pois não se enquadra nas hipóteses de violência previstas no aludido diploma legal.

(C) deve ser aplicada, de modo que é vedada a gravação do depoimento especial em áudio e vídeo.

(D) deve ser aplicada, de modo que é necessária a aplicação do rito cautelar de antecipação de prova ao depoimento especial em questão.

(E) deve ser aplicada, de modo que o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo, no curso do processo judicial.

2. (FGV - 2022)

O delegado titular da 5ª DP instaura inquérito policial para apurar o crime de estupro de vulnerável, em que figura como vítima a criança Bárbara, de 10 anos, sendo o suposto autor do fato o seu padrasto, André. Por entender que inexistem elementos para a propositura de ação cautelar de produção antecipada de prova judicial, o Ministério Público requer à autoridade policial a coleta do testemunho de Bárbara.

Na hipótese narrada, o delegado deverá realizar:

(A) a escuta especializada da criança, na medida em que o depoimento especial é ato privativo da autoridade judicial;

(B) o depoimento especial da criança, que é o procedimento de entrevista da criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção;

(C) a escuta especializada da criança, uma vez que o depoimento especial somente se aplica a crianças com idade inferior a 7 anos;

(D) o depoimento especial da criança, observado o protocolo previsto em lei para essa hipótese e com gravação em áudio e vídeo, para instrução do inquérito policial;

(E) a escuta especializada da criança, que é o procedimento realizado pela autoridade policial na fase inquisitiva, não estando sujeito ao princípio do contraditório.

3. (FGV - 2022)

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FGV - 2025)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no interior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.938/1981, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão

(A) consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(B) superior e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(C) consultivo e executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(D) central e executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(E) superior e central do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

2. (FGV - 2024)

De acordo com a Lei nº 6938/1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cujo órgão consultivo e deliberativo é

(A) o IBAMA.

(B) o CONAMA.

(C) o Conselho de Governo.

(D) o Instituto Chico Mendes.

(E) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

3. (FGV - 2023)

Lucinda estava estudando para concurso público, quando decidiu aprofundar seu aprendizado acerca do panorama institucional e das atribuições dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), na forma estabelecida na Lei no 6.938/81.

Na respectiva estruturação, é textualmente citado na mencionada lei, entre aqueles designados de órgãos executores, ou seja, entre os que têm a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências,

(A) o Conselho de Governo.

(B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

(C) o órgão estadual integrante do SISNAMA.

(D) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

(E) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.